

Narrativas sobre a Infância e Juventude Republicana na Imprensa Portalegrense (1910 – 1926)¹

Narratives about Republican Childhood and Youth in the Press of Portalegre (1910 – 1926)

Cristina Mira-Luís

Joana Duarte

Hélder Henriques

Resumo

A presente comunicação resulta de um projeto pedagógico desenvolvido na unidade curricular de História e Filosofia da Educação, no 3.º ano do curso de Educação Básica. O nosso objetivo consiste na apresentação do referido projeto e, em parte, dos resultados obtidos. Procuramos compreender que discursos se encontram representados na imprensa local sobre a infância e juventude na 1ª República Portuguesa. Para o efeito, recorremos a um conjunto de teóricos que permitem uma interessante discussão conceptual (Ariès, 1973; Ferreira, 2001; Gomes, 1995; Fernandes, Lopes & Filho, 2006). Neste trabalho, utilizamos, metodologicamente, a crítica histórica, numa perspetiva diacrónica.

Em suma, procuramos compreender que discursos e representações podem ser encontrados na imprensa regional e local portalegrense, num tempo em que os conceitos de infância e juventude se encontram em processo de construção. Pretendemos, ainda, salientar o papel da imprensa local, enquanto valioso recurso de trabalho, rico em testemunhos educativos.

Palavras-chave: infância; Portalegre; imprensa; História

Abstract

This communication is the result of an educational project developed in the course of History and Philosophy of Education, in the 3rd year of the Basic Education course. Our goal is the presentation of the project and, in part, of the results obtained. We tried to understand what speeches are represented in the local press about the childhood and youth in the 1st Portuguese Republic. To this end, we resort to a theoretical set that allow an interesting conceptual discussion (Ariès, 1973; Ferreira, 2001; Gomes, 1995; Fernandes, Lopes & Filho, 2006). In this paper, we use, methodologically, historical criticism, a diachronic perspective.

In short, we intend to understand what discourses and representations can be found in the local and regional press of Portalegre, at a time when the concepts of childhood and youth are in the process of construction. We also stress the role of local press, as a valuable work resource, rich in educational testimonies.

Keywords: children; Portalegre; press; History

¹ Trabalho apresentado no III Seminário de I&DT, organizado pelo C3i – Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre, realizado nos dias 6 e 7 de Dezembro de 2012.

Introdução

A presente comunicação visa divulgar um projeto pedagógico desenvolvido no passado ano letivo, no âmbito da unidade curricular História e Filosofia da Educação, do 3.º ano do curso de Educação Básica (2009/2012). A unidade curricular, da responsabilidade de Hélder Henriques, tem como objetivo, segundo o respetivo programa, “promover uma reflexão crítica sobre alguns dos principais temas e problemas educacionais e formativos, observados à luz de uma perspetiva histórica e filosófica”. De facto, procurou-se promover o trabalho de investigação, de acordo com o espírito da Declaração de Bolonha, levando os envolvidos a “desenvolver, globalmente, competências de identificação e compreensão dos principais momentos da evolução histórica portuguesa, nos domínios da educação e ensino”, à luz de “um olhar crítico e reflexivo relativamente aos debates, às políticas, às opções pedagógicas e às práticas que se registaram” ao longo dos tempos (Programa HFE 2011/2012: 1). Ao longo do projeto, contámos com a orientação do docente, que contribuiu ativamente para que o trabalho fluísse de forma positiva, quer ao nível do fornecimento de informação pertinente, sugestões práticas e esclarecimento geral da turma, em contexto de sala de aula, quer por meio de aconselhamento e apoio específico aos vários grupos de trabalho formados.

O nosso objetivo consiste, portanto, na apresentação do referido projeto académico e, em parte, dos resultados obtidos. Do ponto de vista metodológico, utilizámos a crítica histórica, numa perspetiva diacrónica, de acordo com as ideias defendidas por alguns autores de renome da área da História da Educação, como Philippe Ariès (1973), Joaquim Ferreira Gomes (1995), António Gomes Ferreira (2000; 2001), Rogério Fernandes (1978; 1979, 2006), entre outros.

Este projeto de investigação assumiu como principal fonte documental a imprensa periódica portalegrense, nomeadamente, o jornal *O Distrito de Portalegre*. A investigação realizada foi levada a cabo no fundo local da Biblioteca Municipal de Portalegre, ao longo de várias sessões de trabalho monitorizadas pelo docente, realizadas em dias diferentes, compreendendo, esta fase, muitas horas de trabalho. Para o efeito, a turma foi dividida em grupos de dois ou três elementos. Cada grupo escolheu o período do século XX a estudar. Posteriormente, procedeu-se à procura de informação

relativa à temática “infância e juventude”, sendo necessário folhear os volumes encadernados que contêm a compilação dos exemplares do periódico *O Distrito de Portalegre*, referentes aos diferentes períodos e tentar encontrar artigos apropriados que eram, então, fotografados. A análise dos materiais recolhidos permitiu caracterizar sucintamente as realidades espaciotemporais respeitantes à vida dos jovens e crianças portalegrenses, nos diferentes períodos abordados. Por fim, os vários grupos de trabalho apresentaram o registo das inferências resultantes, através de um breve relatório escrito e também à turma, oralmente.

Nesta comunicação, optámos por restringir a nossa análise à época compreendida entre 1910 e 1926 – a Primeira República Portuguesa. Em suma, procurámos compreender que discursos e representações podem ser encontrados na imprensa regional e local portalegrense, num tempo em que os conceitos de infância e juventude se encontram em processo de construção. Pretendemos, ainda, salientar o papel da imprensa local, enquanto valioso recurso de trabalho, no domínio da educação.

1.Educação e República: breve contexto

O pensamento pedagógico republicano encontra o seu fundamento científico no desenvolvimento de vários saberes no início da centúria de novecentos. A ideia que a nação portuguesa deveria encontrar-se no caminho do progresso tornou a educação um importante domínio que os republicanos deram atenção, de modo a demonstrar que com instrução, educação e trabalho Portugal poderia criar um “outro homem”, novo e com ambição capaz de servir o regime político. Pretendemos, assim, contextualizar, o nosso discurso, pelo que abordaremos, de forma sucinta, o conceito de Educação no período em questão.

No início do século XX, em Portugal:

“com a consolidação do movimento associativo docente, o professorado começa a organizar-se na procura de uma política educativa modernizada(...)

O conhecimento e a divulgação de experiências pedagógicas realizadas além-fronteiras vão contribuindo para uma tomada de consciência de soluções alternativas às metodologias tradicionais e vão criando uma atmosfera favorável à introdução de reformas inovadoras.” (Santos, 2003:107).

Durante este período, a profissionalização da classe docente ganha um impulso importante sobretudo no que respeita à formação de professores. Existe um entusiasmo patente em torno de novas experiências neste domínio evidenciadas ao nível da imprensa e dos eventos pedagógicos.

No entanto, o legado monárquico refletia-se de forma bastante negativa no panorama educativo, uma vez que a formação de professores deixava muito a desejar devido ao número insuficiente de “escolas normais primárias”. O ensino liceal e o ensino profissional eram frequentados por uma pequena fração de jovens e a taxa de analfabetismo situava-se, então, acima dos 75%. Existia uma única universidade, situada em Coimbra.

Com a instauração da República, criam-se as condições ideais para as desejadas mudanças que se tornam propícias à implementação de medidas inovadoras na educação. “Achava-se que a escola tinha um papel fundamental a desempenhar, dada a renovação das consciências que a Revolução Republicana exigia” (Santos, 2003:107).

Os ideais da chamada "Educação Nova" corriam, então, por todo o mundo ocidental e chegaram também a Portugal, resultado, em parte, das interações entre pedagogos portugueses e estrangeiros. A introdução dos ideais da "Educação Nova" em Portugal, porém, não ocorreu de forma tão significativa como em outros países, devido ao reduzido número de “Escolas Novas” criadas e ao curto período de existência das mesmas. O facto é que se vivia um período de grande instabilidade política, o que não abonava a favor do asseguramento da implementação das medidas que floresciam no contexto educativo. No entanto, os republicanos sempre acreditaram na força e na importância da instrução e invocavam o lema: "O Homem vale sobretudo pela educação que possui".

Durante o período da Primeira República, os sucessivos governos desenvolveram significativas reformas no ensino: criaram o ensino infantil para crianças dos quatro aos sete anos, tornaram o ensino primário obrigatório e gratuito para as crianças entre os sete e os dez anos, criaram novas escolas do ensino primário e técnico (agrícolas, comerciais e industriais), fundaram "escolas normais" destinadas a formar professores primários, criaram as Universidades de Lisboa e do Porto, concederam maior número

de "bolsas de estudo" a alunos carenciados e estabeleceram escolas "móveis" para o ensino de adultos.

A principal preocupação da governação republicana era alfabetizar, ou seja, prover instrução primária para o maior número possível de portugueses. Contudo, na prática, muitas das medidas tomadas não obtiveram os resultados que se esperavam, por falta de meios financeiros. No final da Primeira República, mais de metade da população portuguesa continuava analfabeta, sendo o número muito superior nas pequenas vilas e aldeias.

Além do ensino oficial, os republicanos apoiaram as associações recreativas e culturais. Em muitas delas, existiam bibliotecas, salas de leitura infantil e organizavam-se conferências, debates e exposições. A promoção da liberdade de expressão permitia que quaisquer temas fossem objeto de abordagem.

O uso insistente de termos como “Educação Nova”, “Escola Nova” e outros, evidenciavam a intenção óbvia de rotura com uma educação tradicional e a mentalidade anteriormente vigentes. Pretendia-se a criação de um “Homem Novo”, pensante e atuante em conformidade com a ideologia da “Educação Nova”. Esta advogava a educação centrada na criança e uma metodologia dinâmica, onde o aluno fosse verdadeiramente interveniente no processo educativo. O objetivo seria promover o desenvolvimento da autonomia, consciência cívica e espírito crítico dos alunos, direcionando-os para uma futura intervenção ativa na vida em sociedade. O processo educativo deveria apresentar componentes significativas a nível moral, cívico e patriótico. Acreditava-se num mundo melhor e no progresso, em resultado da educação republicana e valores nobres como a solidariedade, a fraternidade, a liberdade e a paz eram glorificados. A experiência como aprendizagem para a vida era uma prioridade, valorizando-se a educação integral, a promoção da saúde e da higiene, assim como a robustez física do indivíduo.

O ensino deveria ser absolutamente laico. Era, assim, necessário demolir “determinadas muralhas, altas e espessas, cuja implantação, no território das actividades pedagógicas, impossibilitava o avanço dos ideais revolucionários”. Estas eram ilustrativas das ordens religiosas presentes no território e da intensa influência da Igreja Católica ao nível do

ensino das escolas públicas. Deste modo, implementaram-se leis e decretos “deliberadamente incómodos para os sentimentos conservadores da Nação”, que incluíram, até mesmo, a extinção da Faculdade de Teologia (Carvalho, 2003: 659, 661).

A localização das instalações educativas era considerada importante pois existia a preocupação de que promovesse o contato com a natureza. Compreendiam instalações prático-laboratoriais e oficinais, de modo a permitirem a experimentação científica e a realização de trabalhos manuais. Existiam também instalações de prática de atividades desportivas e espaços ao ar livre para atividades lúdicas. Realizavam-se, ainda, atividades educativas extracurriculares e culturais, como as festas escolares do Natal, da Primavera e do Final do Ano, entre outras. A relação entre os professores e os alunos pretendia-se familiar e não do tipo hierárquico, centralizada na posição inquestionavelmente superior do docente. Privilegiava-se o ensino experimental e a fomentação da criatividade e liberdade do aluno.

Os valores relacionados com a família eram prezados. Esta devia colaborar com os novos princípios educativos. A mãe, em especial, detinha um papel importante, colaborando com o professor na educação dos filhos, em casa. A mulher reivindicou e assegurou alguns direitos, como o acesso à educação, uma vez que a “Educação Nova” defendia e praticava a coeducação dos géneros masculino e feminino, estimulando a cooperação e interação social entre os mesmos. Apesar de tudo, o número de alunas era predominantemente inferior ao dos alunos.

O golpe de 28 de maio de 1926 ditaria, aos poucos, a gradual decadência deste movimento marcado por inovação e liberdade. Muitos dos pedagogos renovadores de destaque foram perseguidos, presos e exilados. Gradualmente, o “fervor” progressista foi-se dissipando, de modo que, “a partir de 1935 quase se deixou de falar em Educação Nova em Portugal” e “os pedagogos progressistas passam, a partir desta altura, a funcionar nas margens do sistema” (Santos, 2003:112).

2.A Imprensa, a História e a Educação: “O distrito de Portalegre”

A imprensa periódica portuguesa, cuja origem remonta ao período moderno, floresce nos aglomerados urbanos de maior desenvolvimento, como Lisboa, Porto e Coimbra e só anos mais tarde surge em localidades menos centrais. Não existem dúvidas, atualmente, em relação ao valor da imprensa local. Este é inquestionavelmente inestimável no que diz respeito a desvendar as realidades dos tempos passados e o reconhecimento de tal verdade evidencia-se no facto de que “são felizmente numerosos os estudos sobre o jornalismo regional em todo o país, com dezenas e dezenas de trabalhos (...)” (Ventura, 1991:XIII).

O periódico que serviu de base à nossa investigação – *O Distrito de Portalegre* – foi fundado a 27 de abril de 1884. Foi um jornal de edição, ora semanal, ora bissemanal, que privilegiou os acontecimentos significativos de âmbito local com uma componente predominantemente cultural, apresentando frequentes artigos de natureza histórica, etnográfica e biográfica. Apresentou, invariavelmente, um cunho conservador e católico. Com uma vida de mais de cem anos, *O Distrito de Portalegre*, cuja publicação perdurou até o ano de 2010, foi um dos jornais de província de maior longevidade.

Seleccionámos, portanto, alguns artigos fotografados que nos documentam algumas questões sobre a temática da educação vigente na Primeira República. Apesar de encontramos diversos artigos sobre outras áreas relacionadas com a infância e a juventude portalegrense durante essa época, optámos por limitar a nossa exposição de hoje, em especial, ao domínio educativo, uma vez que durante os processos de investigação esta articulação evidenciou-se perante os elementos da turma.

Pouco antes do início do referido período, *O Distrito de Portalegre* apresentava duras e insistentes críticas à realidade educativa nacional. Por exemplo, o artigo “A instrução primária” de 16 de fevereiro de 1910 referia: “Ninguém contesta que a instrução primária oficial é, entre nós, deficiente” e salientava as más condições características das instalações escolares portuguesas, além do reduzido número das mesmas. Já com a República instaurada, as críticas continuavam. De acordo com o artigo “A escola primária em Portugal” de 27 de novembro de 1910, o alvo da educação em Portugal era, supostamente, inalcançável: “A escola primária portuguesa não pode, portanto, formar o

homem de carácter, o verdadeiro cidadão” e identificava o motivo subjacente a tal impossibilidade: “Porque nós não temos escolas, nós temos espeluncas, antros, que pervertem, não educam”.

O artigo “A instrução primária” de 20 de fevereiro de 1910 salientava a missão cobrada ao professor: “Ao professorado, e muito especialmente ao professor primário, não importa e interessa somente a instrução, porque no ensino das crianças grande relevo e valor tem a educação civil e moral.”

Em repetidos artigos, as características do sistema educativo português foram contrastadas com os panoramas educativos de outros países, como a França, a Alemanha e a Bélgica, entre outros. O número de 13 de novembro de 1910, na série “A escola primária em Portugal”, observava: “Percorramos as escolas da Bélgica e da França (...) N’estes centros educativos não notamos a monotonia e a aridez contrariamente ao que se dá entre nós.” E acrescentava: “As suas escolas convenientemente mobiladas, reunindo todo o material didáctico, obedecendo a todas as condições hygiénicas e pedagógicas, dão-nos o aspecto d’um jardim!”

O papel da mulher foi, claramente, esclarecido em vários artigos recolhidos. O jornal de 7 de dezembro de 1910, na série “A escola primária em Portugal”, dizia:

“A mãe, *esse poderoso íman*, que tão grande influência exerce nos destinos do filho, não se encontra à altura de desempenhar convenientemente o papel sagrado que a Natureza lhe confiou, porque a influência d’um meio asfíxiante, actuando sobre ella, lhe não permite pôr em prática a sua acção educativa!!...”

Assim, a condição degradante do ensino escolar é identificada como fator corrompedor da própria família, comprometendo os deveres “naturais” atribuídos às mães. O artigo de 25 de dezembro de 1910 mencionava, com conotação negativa, o recurso aos serviços de amas, alegando: “Poderá a ama desempenhar cabalmente o seu papel? Não. Porquê? Porque não é mãe”. Fazia, então, alusão à situação supostamente condenável: “(...) reportamo-nos à mulher do nosso meio aristocrático, que, para obedecer ao luxo, se transvia do seu fim, abandonando o filho (...)”.

No ano seguinte, as críticas ao sistema educativo e as comparações entre este e os sistemas de outros países continuaram. Relativamente ao sistema belga, o artigo “A escola primária em Portugal” de 9 de janeiro de 1911, declarou:

“O seu acendrado amor pela escola obrigou-o a proporcionar aos alunos excursões escolares, jogos, banho, médico para exames minuciosos, dentistas, professores modelos, cantinas escolares, gymnástica sueca, etc., meio este tão sympático que tende a extirpar o terrível analfabetismo!...”

Aqui é feita uma clara alusão à pedagogia defendida pela “Educação Nova”. Também o é, a reivindicação realizada no artigo anterior da mesma série, do número de 4 de janeiro de 1911: “(...) nós queremos tornar a criança forte de corpo para robustecimento do espírito, tornando-a capaz d’um ideal elevado (...) Nós queremos tratar a fundo da educação physica da criança (...) nós queremos a gymnástica obrigatória (...)”.

De facto, impunham-se mudanças e cobravam-se promessas. O artigo “A escola primária em Portugal – IX” de 1 de fevereiro de 1911 afirmava: “A dignificação da escola impõe-se ao governo da república portuguesa” e o artigo “Instrução e Educação – XII” de 8 de fevereiro de 1911 declarava esperançosamente: “Aguardamos, pois confiados, n’esse ideal de justiça.” E continuava: “Anhelemos pacientes e ponderados pelo advento da escola *instructivo-educativa* para nos dias do grande regozijo nacional içarmos conscienciosamente a bandeira (...)”.

O Distrito de Portalegre de 2 de abril de 1911 enumerava as diversas reformas educativas a implementar à luz da governação republicana, apresentando as principais alterações consequentes. Todavia, as críticas não demoraram a surgir de novo. Com o passar do tempo, acusações e críticas diversas eram constantemente apresentadas, referentes a várias questões – a não implementação ou a prática tardia de medidas propostas, o deficiente desempenho docente, as inadequadas condições das instalações escolares, a distância necessariamente percorrida a pé pelas crianças para acederem às escolas, as despesas envolvidas na aquisição de materiais escolares apesar do caráter de gratuidade do ensino, entre outras.

Contudo, os valores republicanos continuavam a ser invocados na publicação analisada. O jornal de 27 de novembro de 1912 apelava para a “missão educadora” do professor enquanto promotor do “amor à República e à Democracia” e defendia que “a escola é a

pedra angular da Pátria incarnada na República”. O artigo “Instrução” de 11 de março de 1914 admitia, por fim: “Devemos concordar que alguma coisa de útil tem resultado dos estudos feitos e das reformas tentadas (...) Mas muito há ainda por fazer (...)”. Assim, *O Distrito de Portalegre* continuou, durante todo o período da Primeira República, tecendo críticas ao sistema educativo e reivindicando melhorias.

As sucessivas críticas encontradas nos artigos analisados deixam-nos concluir que, em Portalegre, as medidas envolvidas na reforma educativa não se implementaram facilmente nem se registaram mudanças positivas de imediato face ao que eram as linhas gerais da política educativa republicana. Os portalegrenses nem sempre viram as suas ambições no domínio da educação serem facilitadas. Por exemplo, o número de 23 de novembro de 1916 refere-se a um projeto de elevação do Liceu Nacional de Mousinho da Silveira à categoria de central, que representava um alto benefício à causa da instrução e um incontestável melhoramento a que o distrito de Portalegre sentia ter inegável direito. Todavia, a sua concretização foi dificultada, devido ao aumento de despesas que acarretava. No artigo, porém, alegava-se que “essa será na sua maior parte compensada pelo aumento extraordinário de alunos (...)” (Henriques, 2008).

Por fim, o jornal de 22 de abril divulgava uma nova etapa no processo – “que o projeto de lei (...) já foi dado para ordem do dia e que, brevemente, será discutido”. Outros problemas ocorreram, mais tarde, também em relação à Escola Industrial de Portalegre. O artigo “Reformas necessárias” de 7 de outubro de 1920 explicou que, devido à desorganização e má gestão, a instituição havia perdido o estatuto, passando à categoria de Escola de Artes e Ofícios. Posteriormente, reconquistou a categoria anterior.

O artigo “Instrução” do número de 28 de setembro de 1913 mencionava problemas que parecem denunciar a realidade portalegrense da época. Referia a dificuldade por parte dos pais em arcar com as despesas associadas à aquisição de livros e restante material escolar, responsabilizando tal situação pelo crescente abandono escolar. Também expunha as caminhadas percorridas por algumas crianças a fim de aceder às escolas e ironizava: “quem faz parte das comissões não sabe, visto julgar que nas nossas aldeias há comodidades como em Lisboa (...)”.

Estes testemunhos levam-nos a acreditar que, provavelmente, em virtude da interioridade do território e do seu carácter predominantemente rural, com aldeias e montes espalhados, a acessibilidade à educação não seria fácil. Talvez, por tais motivos, o analfabetismo, considerado um “cancro” a vencer, continuasse, por anos, a apresentar níveis tão significativos. O número de 20 de janeiro de 1916 apresentava um artigo intitulado “O analfabetismo no districto de Portalegre” e revelava conclusões pessimistas, conforme os seguintes excertos:

“A média districtal do iletrismo, sem destrição de sexos, em Portalegre, eleva-se à cifra de 71,5 por cento, a qual só é excedida pelos districtos de Beja e Castelo Branco.
(...) o retrocesso da instrução elementar do homem (...) é somente excedido nos districtos de Leiria e Ponta Delgada (...)
Portalegre é um districto de grande analfabetismo e, o que é mais grave, sem progresso, que permita modificar dentro em pouco esse precário estado de intrução elementar.”

Assim, é de supor que grande parte das crianças e jovens chegava dificilmente à escola e que, provavelmente, auxiliaria os pais em atividades agrícolas, domésticas e outras. Apesar de se acreditar que “a educação é tão necessária como o pão”, conforme afirmado no artigo de nome “A Educação” de 18 de abril de 1915, o analfabetismo continuou, assim, a grassar no distrito de Portalegre, durante largos anos.

Outra questão que se coloca está relacionada com a existência de atividades de carácter lúdico-recreativo. Estas, naturalmente, existiam, embora grande parte delas refletissem princípios transversais ao domínio da educação. Por exemplo, o artigo “A festa da bandeira”, de 27 de novembro de 1910, informava que o Diário do Governo havia publicado um diploma que demandava: “Que se solemnize o dia 1.º de dezembro como festa da bandeira nacional”, que deveria ser observada em todas as “cidades e vilas da República” e promovida ao nível das instituições educativas. Outro exemplo é referido no número de 11 de março de 1914, no artigo intitulado “Festa da Árvore”, que orientava os professores de todas as escolas, oficiais e particulares, a acompanhar os seus alunos num cortejo, cerimónia que incluiria a entoação de hinos patrióticos e a plantação de árvores, numa clara alusão à celebração do “florescimento” da República.

Realizavam-se ainda outro tipo de festas. O número de 8 de janeiro de 1922, noticiava a ocorrência de uma festa escolar, realizada no salão da Cooperativa Operária, que incluía a entrega de prémios “aos alunos distintos das escolas da cidade” e que contou com a

presença de “autoridades civis, militares e eclesiásticas”. Decorriam também outros eventos culturais. Por exemplo, o número de 16 de julho de 1914 menciona um espetáculo de teatro da banda dos bombeiros, promovido pelo Núcleo Juventude Sindicalista.

A presença de autoridades eclesiásticas num evento escolar, num contexto em que a educação se pretendia laica, parece denunciar o esforço da parte da Igreja Católica em manter a influência outrora exercida. Essa intenção parece ficar evidente ao constatar a realização de eventos em que se contrariam os princípios defendidos pela “Educação Nova”. Uma dessas ocasiões foi noticiada pelo número de *O Distrito de Portalegre* de 14 de julho de 1918, que aludiu a “uma conferência notável à mocidade de Portalegre”, presidida pelo Bispo da Diocese e com a participação de um tal Dr. Almeida Correia.

Este último, entre outras coisas, “disse que era deficiente a educação da mocidade” e declarou perentoriamente: “Firmeza de vontade e metodologia rigorosa num viver sóbrio, norteado pela moral cristã, eis as grandes alavancas do aperfeiçoamento individual”. Assim, era óbvio que a Igreja não desistira de procurar influenciar a mente e conduta do povo em geral e persistiria, decididamente, no seu objetivo, usando os meios ao seu dispor para o efeito.

Conclusão

De acordo com o que apurámos na investigação realizada, parece-nos que é lícito inferir que as reformas no panorama educativo, durante a Primeira República, não produziram os resultados desejados no distrito de Portalegre. Facto que despoletou incessantes críticas ao nível da imprensa periódica. Por se tratar de um território do interior, com fracos acessos e com uma população predominantemente rural, com poucos meios de subsistência, o distrito continuou a apresentar níveis muito elevados de analfabetismo. Conclui-se, portanto, que as condições existentes não favoreciam o ingresso de todas as crianças na escola e que, provavelmente, o sucesso e abandono escolar por parte de crianças e jovens era frequente.

Por outro lado, a imprensa reflete um quotidiano que era profundamente marcado pelas iniciativas escolares. Em vários momentos verificamos que a cidade vivia o calendário

académico, destacando-se as iniciativas das crianças e jovens nas escolas primárias, no ensino liceal e técnico. Portalegre era palco de diversas festas e eventos culturais. Nestes, era frequente a exaltação dos valores e princípios propagandeados pela República, ainda que a Igreja procurasse manter a sua esfera de influência e controle sobre a população em geral e sobre a mocidade, em particular.

Em suma, este trabalho de iniciação à investigação permite-nos reforçar o argumento de que as políticas educativas republicanas chegavam ao distrito de Portalegre, todavia eram adaptadas às características do território. Uma coisa era aquilo que se promovia, do ponto de vista central, outra era aquilo que acontecia do ponto de vista local. É por tudo isto que a imprensa periódica surge como um importante elemento para o conhecimento das realidades locais e, neste caso particular, da infância e juventude em articulação com as políticas educativas. Acreditamos que

“A imprensa periódica constitui uma fonte necessária para o estudo da história contemporânea nos seus diversos domínios; nela se exprime, directa ou indirectamente, a opinião pública no sentido de opinião publicada. E foi igualmente, até à difusão alargada de outros meios de comunicação de massas (televisão, *internet*...), o principal instrumento de formação dessa mesma opinião pública” (Adão, 2012:11).

Esperamos ter conseguido transmitir a importância que reconhecemos e que atribuímos ao papel da imprensa, enquanto recurso de informação insubstituível, aquando do estudo da história e em particular da História da Educação. É, portanto, legítimo afirmar que “a imprensa periódica ocupa um lugar privilegiado entre as fontes da história contemporânea” (Ventura, 1991:VII) e que assume, igualmente, enorme importância nos processos de ensino-aprendizagem.

Referências bibliográficas

Adão, Áurea (2012). *A Educação nos artigos de jornal durante o Estado Novo (1945-1969) – Um repertório cronológico, temático e onomástico*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

Carvalho, Rómulo de (1986). *História do ensino em Portugal, desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Fernandes, R. (1978). *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto da Cultura Portuguesa.

Fernandes, R. (1979). *A pedagogia portuguesa contemporânea*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.

Henriques, Helder M. G. (2008) *O professor do ensino liceal: Portalegre 1851-1963*, Coimbra: Palimage.

Santos, Luís C. R. (2003). *A educação nova, a escola moderna e a construção da pessoa. Desenvolvimento, cidadania, educação e liberdade*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa: Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Ventura, António (1991). *Publicações de Portalegre (1836 – 1974)*. Portalegre: Câmara Municipal de Portalegre.

Periódico analisado:

O Distrito de Portalegre (1910-1926).

Nota sobre os autores

Cristina Mira-Luís

cris.mira-luis@live.com.pt

IPPortalegre – ESEP – Educação Básica

É licenciada em Educação Básica. Nasceu em Toronto, no Canadá e reside atualmente em Nisa. Frequenta o mestrado de Ensino do 1.º e 2.º Ciclos do Ensino Básico na Escola Superior de Educação de Portalegre.

Joana Duarte

joanapatriciaduarte@sapo.pt

IPPortalegre – ESEP – Educação Básica

É licenciada em Educação Básica. Nasceu e reside em Portalegre. Frequenta o mestrado de Educação Pré-Escolar na Escola Superior de Educação de Portalegre.

Helder Henriques

henriqueshelder@gmail.com

Professor na Escola Superior de Educação de Portalegre. Investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra e do Centro Interdisciplinar de Investigação e Inovação do Instituto Politécnico de Portalegre.

Doutor em Ciências da Educação, na especialidade de História da Educação.